



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Mestrado em Direito e Ciência Jurídica

Direito Processual do Trabalho

Ano letivo de 2020/2021

Coordenação e regência: Prof. Doutor Pedro Madeira de Brito

## I Parte Geral

### §1. Fontes de Direito Processual do Trabalho

1.1. Evolução histórica

1.2. Fontes atuais do Direito Processual do Trabalho

### §2. Quadro dos sistemas europeus de justiça laboral

### §3. O Sistema Processual Laboral

3.1 Os conflitos laborais e as suas formas de resolução

3.2 O sistema processual laboral e a sua autonomia assente nos princípios de Direito do Trabalho

3.2.1. A função dos princípios de processo do trabalho

3.2.2. A subsidiariedade do processo civil e os princípios do procedimento laboral

3.3. Princípio da Proteção do Trabalhador, Princípio do Coletivo e Princípio da Defesa do Interesse Público e as suas concretizações no sistema processual laboral

3.3.1 Concretizações do Princípio da Proteção do Trabalhador

3.3.1.1 Reforço do direito de acesso ao direito e aos tribunais de trabalho



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

- 3.3.1.2. A intervenção do Ministério Público no Processo do Trabalho
- 3.3.1.3. Regras sobre competência na jurisdição laboral que protegem o trabalhador
- 3.3.1.4. Especiais deveres de gestão processual do juiz laboral
- 3.3.1.5. A admissibilidade da condenação *extra vel ultra petitem*
- 3.3.1.6. Tutela da posição do trabalhador nas vicissitudes da instância
- 3.3.1.7. A prova em processo do trabalho
- 3.3.1.8. Garantia de recorribilidade
- 3.3.1.9. A oficiosidade do processo de execução
- 3.3.1.10. Oficiosidade e tutela antecipatória nos processos especiais
- 3.3.2. Concretizações do Princípio do Coletivo
  - 3.3.2.1. Regras especiais da legitimidade
  - 3.3.2.2. – Apensação oficiosa de ações
  - 3.3.2.3 Manifestações do coletivo no processo especial no controlo jurisdicional do despedimento coletivo: competência, pluralidade de partes e apensação de ações
  - 3.3.2.4. - Caso julgado em situações especiais
  - 3.3.2.5. Valor do acórdão do STJ nas ações de anulação e interpretação de cláusula de convenções coletivas de trabalho
- 3.3.3. Concretizações do princípio da legalidade laboral
  - 3.3.3.1 Legitimidade do Ministério Público
  - 3.3.3.2 Providência cautelar de proteção da segurança, higiene e saúde no trabalho



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

3.3.3.3 Ação especial de reconhecimento da existência  
de contrato de trabalho

3.3.3.4. Ainda a condenação *extra vel ultra petitem*

3.4. A jurisdição laboral

3.4.1. A organização judiciária

3.4.2 O reenvio prejudicial no processo do trabalho

3.4.3. Processo do Trabalho Internacional.

3.5. Meios extrajudiciais de resolução de litígios laborais

## II Parte Especial

§4. Especificidades dos pressupostos processuais no Direito  
Processual do trabalho

4.1. Pressupostos processuais em geral

4.2. Capacidade judiciária

4.3. Patrocínio judiciário

4.4. Legitimidade

4.5. Competência

§5. Atos processuais, instância e a composição provisória da lide

5.1 Especificidades dos atos processuais

5.1.1 Atos específicos regulados no CPT

5.1.2. Natureza e função do ato conciliatório

5.2. Singularidades da Instância processual laboral

5.3. Composição provisória da lide

5.3.1. Procedimentos cautelares laborais

5.3.2. Procedimentos cautelares do CPC aplicáveis ao  
processo do trabalho



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

## §6. Marcha do Processo Declarativo

### 6.1. O processo declarativo comum

#### 6.1.2. Os articulados

#### 6.1.3 Gestão processual

#### 6.1.4. Audiência final e Sentença

### 6.2. Ação de impugnação da regularidade e licitude do despedimento

### 6.3. Processos emergentes de acidentes de trabalho e doença profissional

### 6.4. Ação de impugnação do despedimento coletivo;

### 6.5. Ação especial de reconhecimento da existência de contrato de trabalho

### 6.6. Contencioso de instituições de previdência, associações sindicais, associações de empregadores e comissões de trabalhadores

### 6.7. Ação de anulação e interpretação de cláusulas de convenções coletivas

### 6.8. Impugnação da confidencialidade de informações ou da recusa da sua prestação ou da realização de consultas

### 6.9. Tutela da personalidade do trabalhador

### 6.10. Igualdade e não discriminação em função do sexo

## §7. Especificidades da execução e dos recursos em processo do trabalho

## §8. Outros procedimentos no sistema processual laboral



**FACULDADE DE DIREITO**  
Universidade de Lisboa

8.1 Processo de conciliação, mediação e arbitragem nos conflitos coletivos de trabalho e arbitragem sobre os serviços mínimos

8.2 Processo de impugnação de contraordenação laboral e da segurança social